

REVISÃO DE TEXTOS: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Letras.

Para o revisor, o importante não é o que ele sabe, mas o que ele está consciente de não saber ou, pelo menos, não saber totalmente, e que por isso exige permanente verificação. (...) O revisor não lê como todos os demais homens lêem, ele fotografa a palavra visualmente (...) O exercício da profissão do revisor pode ser descrito, perfeitamente, como uma “leitura angustiada”. O seu trabalho é, justamente, evitar que todos os outros seres humanos necessitem fazer essa leitura angustiada (BRISAAUD, 1998)

Realizar uma pesquisa em *sites* de busca há 10 anos à procura de artigos científicos sobre revisão de textos seria uma tarefa sem êxito. Hoje, o cenário é outro. Graças à profissionalização da área por meio do bacharelado em Letras e cursos de pós-graduação *lato sensu*, podemos contar com um número considerável de trabalhos acadêmicos que focalizam a revisão textual¹. Visando contribuir para esse novo panorama, o presente volume dos **Cadernos CESPUC de Pesquisa** traz artigos produzidos como Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-graduação *lato sensu* em Revisão de Textos da PUC Minas, nas modalidades presencial e a distância, ao longo dos seus 13 anos de oferta.

¹ Cf., por exemplo, Heurley (2006); Oliveira (2006); Alves (2007); Perpétua; Guimarães (2010); Muniz Jr. (2009); Ribeiro (2009); Mourão (2010); Rodrigues (2010); Costa; Rodrigues; Pena (2011); Passos; Santos (2011); Hermont; Assumpção (2010); Salgado (2013).

Os trabalhos que compõem este número revelam que a atividade de revisão de textos ocorre em diversos contextos e de diferentes formas devido:

- a) ao estatuto do revisor de textos – se é um profissional experiente; se é o próprio escritor, quando revisa seu texto; se é um aprendiz;
- b) à modalidade em que a revisão é realizada: manuscrita ou informatizada;
- c) ao contexto da revisão: profissional ou escolar;
- d) aos níveis de focalização da revisão: unidades frásicas isoladas, textos inteiros ou livros.

Essa diversidade de parâmetros contextuais possibilita conceber de modos distintos a atividade profissional de intervenção textual. Para os objetivos desta apresentação, vou ater-me a três diferentes noções de revisão de textos, encontradas em distintos materiais – dois manuais de revisão disponíveis no mercado editorial e os PCN –, que visam definir essa atividade e são usados como ancoragem teórica em diversas pesquisas que discutem a noção de revisão de textos, inclusive em algumas citadas anteriormente como exemplos.

Os dois manuais existentes no mercado editorial definem a intervenção textual a partir de suas atribuições. Malta (2000), autor de um dos manuais consultados, nomeia as tarefas do revisor como sendo:

- Revisar os originais aprovados para edição pelas editoras;
- Revisar (se tiver conhecimento de outros idiomas) as traduções, cotejando-as com os livros originais);
- Revisar as segundas provas, tomando como base as primeiras e, quando necessário, reportando-se aos originais (inclusive, ainda se preciso, ao livro);
- Revisar (menos comum, mas ocorre) terceiras provas, tendo como base as segundas;
- Examinar (a palavra “revisar” não caberia bem aqui) as heliográficas (não é muito comum, mas se o revisor for funcionário de uma editora, acabará fazendo esse trabalho);
- Revisar (incomum, mas acontece) filmes que deram ou darão origem a heliográficas; e , finalmente,
- Reler livros já publicados, em função de modificações que o autor quer fazer para uma nova edição, ou quando se desconfia que a edição publicada contém erros (MALTA, 2000, p. 16).

Já Neto (2013) vê a revisão textual como um trabalho cujas atribuições são:

- Revisar os originais (ou provas, ou heliográficas, ou fotolitos) aprovados para edições por: editoras, gráficas, agências de publicidade, autores, mestrados, doutorandos, preparadores de originais de quaisquer instituições etc.
- Revisar, se tiver experiência, traduções, cotejando-as com os originais (necessita de um auxiliar, em tais casos). É a chamada revisão técnica.
- Revisar textos a serem disponibilizados na internet.
- Revisar livros já publicados, objetivando uma edição revista (e/ou ampliada).
- Proceder a quantas revisões forem acordadas com o cliente (NETO, 2013, p.59).

Embora tais citações façam parte de capítulos intitulados **O que é revisão** (MALTA, 2000) e **Conceito de revisão** (NETO, 2013), não vejo uma definição propriamente dita da atividade de revisão de textos, uma vez que os autores não a definem e sim prescrevem quais são as tarefas dos revisores. Tal prescrição está marcada linguisticamente, inclusive, pelo verbo ‘revisar’ no infinitivo.

Para os PCN, a revisão é vista como “espaço privilegiado de articulação das práticas de leitura, produção escrita e reflexões

sobre a língua [...], conjunto de procedimentos por meio dos quais um texto é trabalhado até o ponto em que se decide que está suficientemente bem escrito” (BRASIL, 1997, p. 80-81). Os PCN destacam a atividade de revisão em suas orientações, recomendando aos professores que “se o objetivo é que os alunos tenham uma atitude crítica em relação à sua própria produção de textos, o conteúdo a ser ensinado deverá ser procedimentos de revisão dos textos que produzem” (BRASIL, 1997, p. 37). Dessa forma, os parâmetros estimulam o aluno a analisar e revisar seus textos em função dos objetivos estabelecidos, da interação comunicativa e do leitor a quem são destinados, reescrevendo as versões necessárias para considerar o texto adequado ao seu circuito comunicativo. Portanto, a revisão de textos nos PCN é vista como uma atividade constitutiva da produção textual e não uma etapa posterior a ela.

Importa dizer que não vejo a revisão de texto como sinônimo da correção textual realizada no contexto das aulas de Língua Portuguesa. A revisão de textos visa à adequação de um texto a suas condições de produção e publicação. Ao passo que a correção do texto realizada pelo professor visa à aprendizagem da escrita. A meu ver, só existe revisão de textos no espaço escolar quando ela é feita pelo próprio aluno, no papel de produtor de textos. O professor não revisa textos e, sim, os corrige.

É preciso também “tratar a reescrita como atividade distinta da revisão”, já que os “eventos de interação” que envolvem a prática de reescrita são completamente distintos da de revisão (MATENCIO, 2002, p. 111). As “etapas sucessivas de refacção de textos por alunos” têm como finalidade algo diferente das etapas da revisão de textos para publicação. Apesar de ambas as intervenções terem como meta “o aprimoramento da escrita” (MATENCIO, 2002), a revisão profissional lida com prazos e fluxos bastante diversos dos da sala de aula. Enfim, correção e reescrita de textos em espaços escolares não são revisão de textos. Como disse, a revisão de textos é uma etapa da escrita de um texto a ser publicado. Na situação de produção de texto escolar, essa etapa é realizada, ou deveria ser realizada, quando se tem clareza dos aspectos que envolvem a produção escrita.

Independentemente dessas diferentes formas de conceituar a revisão de textos, é preciso concebê-la como uma *prática discursiva*. O que isso significa? Como já disse em outros momentos (RODRIGUES, 2015), significa que as intervenções realizadas na atividade de revisão envolvem a (re)construção, o armazenamento, a reprodução e a circulação de produtos repletos de sentidos (MEDRADO, 1999), tanto para quem os produz (revisores), como para quem os consome (leitores). A intervenção do revisor de textos, “mesmo quando se reduz a meras correções ortográficas, ou mesmo quando ele não faz nenhuma alteração no texto, tem natureza discursiva” (MUNIZ, 2009, p. 9).

Sob esse ponto de vista, a importância do revisor na cadeia editorial – de qualquer texto – não incide apenas nas tarefas/atribuições desse profissional em cada obra e/ou gênero discursivo, mas na sua intervenção como ator social (CHARTIER, 2002). Argumenta o autor em outra obra que

convém lembrar que a produção, não apenas de livros, mas dos próprios textos, é um processo que implica, além do gesto da escrita, diversos momentos, técnicas e intervenções, como as dos copistas, dos livreiros editores, dos mestres impressores, dos compositores e revisores. As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens e práticas ritualizadas ou cotidianas [...]. Elas concernem mais fundamentalmente às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre o texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições (CHARTIER, 2007, p.12).

É desse ponto de vista que os trabalhos aqui apresentados abordam a revisão de textos, ou seja, como uma atividade constitutiva da escrita, cuja intervenção humana acarreta efeitos de sentidos que vão interferir diretamente na apropriação de materiais escritos. Lamentavelmente, há quem a veja como uma atividade circunscrita à materialidade linguística ou como uma atividade de menor valor que a produção do texto. Visões assim concebem a língua como um produto e ignoram o fato de que o erro é constitutivo da linguagem. Não há mais quem defenda que escrever é um processo de inspiração. Como bem argumenta Kato (1998) – já na década de 1990! – sabe-se hoje que os produtos textuais, tanto os mais elaborados quanto os menos elaborados, “envolvem uma fase de pré-escritura e uma de pós-escritura” (KATO, 1998, p. 86).

Além disso, advogo pela necessidade de tomar a palavra “revisão” no plural, já que ela se inscreve em várias situações comunicativas, desde as mais até as menos institucionalizadas.

Sob a égide dessa exposição de caráter conceitual sobre a atividade de revisão de textos é que apresento, a seguir, os textos que constituirão este número dos **Cadernos CESPUC**, os quais oferecem discussões sobre as práticas de intervenção textual em mídias diferentes – impressa e digital – e em produtos editoriais distintos – materiais didáticos, acadêmicos, literários e institucionais. Há, ainda, artigos que discutem a profissionalização do revisor de textos e outros que buscam oferecer contribuições teóricas para esse profissional, como também para os editores.

O texto que abre o volume é de autoria de Patricia Bertollo Limongi e se intitula “As notas de rodapé e o *ethos* discursivo: reflexões sobre a mediação cultural a partir das edições brasileiras da *Recherche*”. O artigo discute a produção de notas de rodapé pelos tradutores tendo em vista a difícil tarefa de “fazer a mediação entre contextos culturais distintos”, a partir do conceito de *ethos* discursivo proposto por Maingueneau.

O segundo texto que compõe o presente volume – “Revisão textual: parafraseagem e regulação” – trata da atividade que envolve a reformulação de enunciados no processo de revisão. Cristiane Balestrieiro dos Santos mostra que esse tipo de intervenção “resulta de um esforço do revisor em busca da construção que julga a mais adequada para certa intenção de significação e que isso vai muito além da materialidade da língua”.

Em seguida, “A construção argumentativa no gênero artigo científico em diferentes campos do conhecimento”, de Nara Gleisia Ferreira, visa contribuir para a revisão de textos no domínio acadêmico a partir da reflexão sobre o uso das pessoas do discurso (eu, ele, nós). Tal estudo é de extrema importância uma vez que ainda perdura na academia o tabu em torno do eu (cf. REUTNER, 2015) e a visão homogênea sobre o funcionamento do discurso acadêmico.

Para tratar de questões relativas às demandas do mercado de revisão de textos, Marcelo Bessa, em “Perfil dos profissionais que trabalham com revisão de texto no município do Rio de Janeiro” e Amanda Patrícia Figueirôa Rocha, em “Perfil do revisor em carreira pública: conhecimentos, habilidades e desafios” apresentam um panorama do perfil profissional, do mercado de trabalho e dos concursos públicos a que vêm concorrendo os profissionais do texto em geral.

Edson Cruz, no artigo “Consultores gramaticais e visão da língua portuguesa: consenso ou desacordo?”, seguindo esses artigos, investiga, “por meio do arcabouço teórico da análise do discurso, como se processa a interação entre consultores (professores/linguistas) e consulentes (leitores/internautas)” tendo em vista as dúvidas sobre o uso mais adequado da Língua Portuguesa.

A revisão de textos em contextos comunicacionais digitais é discutida nos artigos “Revisão de *fansubs*: análise das práticas de revisão de tradução audiovisual em legendas não comerciais produzidas por equipes organizadas”, de Lilian de Souza, “A revisão de texto diante das narrativas transmídia”, de Dayane Fumiyo Tokojima Machado, e “A revisão da notícia *web*: um embate entre velocidade e qualidade”, de Luiza Muzzi Almeida. Tais discussões contribuem para os estudos recentes e necessários sobre a revisão de textos no mercado editorial digital, ao identificar as adequações e novas capacidades que poderão ser exigidas do revisor de textos.

Os textos “Revisão de materiais didáticos para EAD: análise das práticas do CAED/UFGM”, de Cristina Gonçalves Ferreira de Souza Dutra, e “Preparação e revisão de textos em livros didáticos produzidos para o 2º ano do Ensino Fundamental”, de Juliana Anhel Cidade Cardoso, discutem a atividade de revisão de textos de materiais didáticos – digitais e impressos, respectivamente. O estudo de Juliana Anhel revela a existência de um grande número de ocorrências de erros de diversas naturezas em livros didáticos produzidos para o 2º ano do Ensino Fundamental. A autora

adverte sobre a importância de uma equipe de profissionais de textos altamente qualificada em qualquer editora que produza livros didáticos para crianças, de modo que se possa preparar os originais e realizar a quantidade de revisões necessárias para que esses materiais contribuam verdadeiramente com o processo de aprendizagem. Cristina Gonçalves Ferreira de Souza Dutra analisa as práticas de revisão realizadas durante a produção didática do Centro de Apoio à Educação a Distância (EAD) da UFMG. O estudo demonstra que a prática de revisão de textos em EAD necessita de um trabalho conjunto e colaborativo entre assessor pedagógico, revisor, *designer* instrucional, tutores, professores, equipe de produção audiovisual e equipe de tecnologia de informação.

No que se refere à revisão de textos em contextos literários, Conceição da Silva Zacheu Russo, em “Eu, revisor de mim: a escritura de Cecília Meireles revisada pela própria autora”, discute a revisão dos manuscritos de Cecília Meireles revisados pela própria autora na obra *Cânticos*. O artigo explora as possíveis eliminações ou acréscimos realizados pela poetisa na construção do verso, buscando compreender o “sentido da opção rejeitada e da opção escolhida”, para reconhecer a produção textual da escritora.

Por fim, os textos “O emprego da vírgula com adjuntos adverbiais: prescrições e usos”, de Gustavo Fechus, e “Título e texto: aspectos de uma relação estrutural”, de Eduardo Assis Martins, fornecem subsídios teóricos importantes para a prática de intervenção textual a partir de uma reflexão sobre a natureza linguístico-discursiva do funcionamento dos textos.

Será muito gratificante se, na leitura deste número dos **Cadernos CESPUC**, o leitor puder rever concepções, elaborar perguntas, sistematizar conhecimentos e estiver, sobretudo, interessado em continuar, criticar e estender a discussão aqui iniciada. Tenho certeza de que há muito que se (re)pensar sobre a prática de revisão de textos de modo que encontremos, quando na busca de trabalhos sobre o assunto, nas publicações virtuais, um acervo maior e mais significativo de pesquisas sobre a formação e a prática do revisor de textos.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Maria da Penha Casado. Um olhar dialógico sobre a atividade de revisão de textos escritos: entrelaçando dizeres e fazeres. 172 f. *Tese* (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>
Acesso em: set. 2015.

CHARTIER, Roger. **Do palco à página**. Publicar teatro e ler romances na época moderna – séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

CHARTIER, R. Inscrever e apagar: Cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

COSTA, Roger Vinícius; RODRIGUES, Daniella Lopes; PENA, Daniela Paula. Dificuldades no trabalho do revisor de textos: possíveis contribuições da linguística. **Revista Philologus**, ano 17, n. 51, set./dez. 2011 – Suplemento. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. p. 74. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/revista/51supl/05.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

HERMONT, Arabie Bezri.; ASSUMPÇÃO, Solange Bonomo. Educação a distância: como revisar os materiais didáticos. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 179-194, 1º sem. 2010.

HEURLEY, Laurent. La revisión de texte: l'approche de la psychologie cognitive. **Langages**, Paris, n. 164, p. 10-25, 2006. Disponível em: http://www.vcharite.univ-mrs.fr/redactologie/IMG/pdf/Heurley_Revision.pdf. Acesso em: ago. 2015.

KATO, M. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1998.

MALTA, Luiz Roberto. **Manual do revisor**. São Paulo: WVC, 2000.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meireles. Atividades de retextualização em práticas acadêmicas: um estudo do gênero resumo. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 25-32, 2002.

MOURÃO, E. A hipercorreção na escrita formal: dilemas do revisor de textos. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 195-204, 2010.

MUNIZ JR., José de Souza. A intervenção textual como atividade discursiva: considerações sobre o laço social da linguagem no trabalho de edição, preparação e revisão de textos. In: **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1079-1.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

MEDRADO, Benedito. Textos em cena: a mídia como prática discursiva. In: SPINK, Mary, Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

NETO, Aristides, Coelho. **Além da revisão**: critérios para revisão textual. 3 ed. Brasília: Editoria Senac, 2013.

OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. O papel mediador do revisor de textos: dos aspectos discursivos aos aspectos notacionais. **XXI Jornada Nacional de Estudos Linguísticos**. João Pessoa: s. ed., 2006. p. 2483-2492.

PASSOS, João Augusto de Oliveira; SANTOS, Maria Lino dos. Leituras, revisão textual e o revisor. **Revista Anápolis Digital**, n. 7, 2011. Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2011/07/LEITURAS-REVISAO-TEXTUAL-E-O-REVISOR.pdf>. Acesso em: ago. 2015;

PERPÉTUA, Elzira Divina; GUIMARÃES, Raquel Beatriz Junqueira. A revisão do texto literário: um trabalho de memória. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 195-204, 2010.

REUTNER, Ursula. *De nobis ipsis silemus?* As marcas de pessoa em artigo científico. In: ASSIS, Juliana Alves; RINCK, FANNY; Boch, Françoise (org.) **Letramento e Formação Universitária: formar para a escrita e pela Escrita**. São Paulo: Mercado de Letras, 2015.

RIBEIRO, Ana Elisa. Revisão de textos e “diálogo” com o autor: abordagens profissionais do processo de produção e edição textual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Intercom, 2009.

Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-2050-1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2012.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio. Aspectos interacionais dos textos institucionais. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 14, n. 26, p. 121-162, 2010.

RODRIGUES, Daniella Lopes Dias Ignácio. Para além da normalização: aspectos discursivos das normas de padronização. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 19, n. 36, 2º sem. 2015. (No prelo)

SALGADO, Luciana Salazar. Ritos genéticos editoriais: uma abordagem discursiva da edição de textos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 57, p. 253-276, dez. 2013. <http://www.scielo.br/pdf/rieb/n57/11.pdf>. Acesso em: ago. 2015.